



Edmar Bacha está convencido de que o governo quer a recessão e teme as greves, que não assustam Márcio Fortes

O governo optou pela recessão

PARA o ex-presidente do IBGE, e um dos pais do Cruzado, Edmar Bacha, a ação preventiva do governo contra as reivindicações dos trabalhadores significa a adoção de uma política de arrocho salarial. As greves não assustam os economistas, que vêem nesses movimentos uma tentativa pela recomposição salarial.

Paul Singer — O panorama das greves não é diferente do que tem sido nos últimos meses e anos, ou desde que o direito de greve foi reinstalado no país. A minha impressão é que as categorias de trabalhadores estão procurando nas negociações coletivas a reposição salarial. Quando se realinharam todos os salários pela média, houve a manutenção do poder aquisitivo dos salários de algum período anterior. Mas qualquer nova inflação significaria novas perdas. E foi exatamente o que aconteceu. O grande aumento que houve efetivamente na renda de trabalho foi o do trabalho autônomo. Os assalariados com carteira assinada tiveram aumentos muito mais modestos. Portanto, essa eclosão de reivindicações de reposição salarial tem muito mais base objetiva.

Márcio Fortes — A mim, as greves não inquietam nem um pouco. Eu acho que

a greve é um direito e uma ação perfeitamente legítimo na defesa da categoria. Acho também que a perda salarial de 86 não é tão significativa quanto a perda salarial de dezembro de 86 até os dias de hoje. E discordo do Paul Singer quanto à questão do gatilho salarial. Acho que esse mecanismo é furadíssimo, no sentido de que ele simplifica demais uma questão da maior complexidade. Acho melhor ter mais greves do que tentar simplificar por instrumentos generalistas, como o gatilho, que conspira, na base do sistema econômico, para um agravamento das relações de trabalho.

Cesar Maia — A situação do salário mínimo atual é a pior possível. Talvez este seja o menor nível de salário real desde os anos 40. Como a perda do salário real já é maior do que 6%, certamente a posição é pior do que era no semestre anterior ao Plano Cruzado. É evidente que isso vai produzir uma reação muito grande no assalariado. E, diante disso, o governo acaba de demonstrar uma forte insegurança, agindo de forma preventiva.

Edmar Bacha — A movimentação do governo, preventiva em relação às greves, espelha bem sua política salarial. Ou seja, qualquer tentativa de recomposição dos ganhos salariais anteriormente obtidos será reprimida. De modo que estamos diante de um quadro de política econômica que privilegia, via recessão e queda do salário real, a recuperação dos

saldo do balanço comercial que nós perdemos a partir de setembro. A cada dia eu estou mais convencido de que o governo, desde a queda de Bracher, quando se prenunciava que o governo não teria uma política econômica, já tem uma orientação, só que ela não é a que está sendo anunciada, mas uma política rígida de contenção fiscal/monetária e controle salarial.

Rogério Werneck — Eu concordo que existe em andamento uma política que, se mantida a abrangência, conduziria a um reajuste externo, tal como se fez no passado. Agora, a política macroeconômica está à margem disso. Acho que, outra questão é o número absoluto da inflação. O governo falou em 12% de taxa de inflação, mas as negociações coletivas estão reivindicando muito mais. E o que está efetivamente envolvendo aí é um aumento real de salários. Com 20% ao mês de taxa de inflação, um aumento de 150% mostra ao mesmo tempo reajuste pela inflação passada, um aumento preventivo que garante as perdas quanto à inflação futura, e aumento real de salário. A mistura desses três componentes nas conversações, num momento grave como este, pode realmente acelerar a inflação de uma forma exagerada, se o governo não trouxer uma política de rendas coerente, de balizamento do índice que norteia essas negociações.